África

Os desafios de Thabo Mbeki

Luís Castelo Branco

Na difícil tarefa de suceder a um líder histórico de Nélson Mandela, Mbeki procura dar maior visibilidade internacional à África do Sul. Este protagonismo internacional, porém, não faz esquecer os enormes desafios internos a que terá necessariamente que responder. Quando o ANC e Nelson Mandela ascenderam ao poder, em 1994, as expectativas que se criaram à volta da África do Sul foram enormes. Internamente, o facto do processo de transferência de poderes ter sido concluído com êxito, evitando-se a guerra civil, deixava antever uma nova era de paz e desenvolvimento. Regionalmente, esperava-se que a África do Sul apoiasse e liderasse, através da SADC, os esforços regionais de integração económica. Internacionalmente, a África do Sul de Mandela era vista, sobretudo pelos Estados Unidos, como o líder continental em quem o Ocidente devia apostar para liderar os esforços de estabilização continental, nomeadamente através de missões de manutenção da paz.

Todas estas expectativas fracassaram pelo mesmo motivo, ou seja, excesso de optimismo. Na realidade, o processo sul-africano foi, sem dúvida, um caso de sucesso. Porém, não se pode ignorar o facto de ainda não estar concluído. A transferência do poder político não representa, de todo, o fim da transição. Muitos dos aspectos que caracterizaram o apartheid, nomeadamente em termos económicos e sociais, ainda levarão muitos anos a desaparecer. Por outro lado, determinadas questões, potencialmente explosivas, ainda carecem de solução. Uma das mais graves é a questão da posse da terra. Durante as negociações para a transição, ficou decidido que esta questão seria tratada, gradualmente, através de uma análise dos pedidos de restituição de terras, apresentados por todos aqueles que se viram privados da sua posse durante o apartheid. A morosidade deste processo, e a falta de resultados, faz com que o fantasma da situação do Zimbabwe paire sobre a África do Sul.

A complexidade da situação doméstica obrigou a que o governo de Mandela se tivesse que concentrar na esfera interna. Esta realidade implicou que as expectativas regionais e internacionais ficassem muito aquém do esperado. No entanto, esta desilusão ficou a

dever-se mais ao excesso de optimismo da parte da comunidade internacional do que propriamente a promessas não cumpridas da parte dos sul-africanos.

A nível regional, a África do Sul, e ao contrário do que chegaram a pensar os seus parceiros da SADC, nunca aspirou a substituir financeiramente a comunidade internacional, que desde o fim do apartheid preferiu desviar os seus recursos para outras paragens. A nível continental, a África do Sul não estava claramente em condições de liderar missões de paz, sobretudo devido ao facto das suas próprias forças armadas, as SANDF, estarem envolvidas num complexo processo de fusão dos vários braços armados dos movimentos de libertação, dos exércitos dos Bantustões e das antigas forças do apartheid. Aliás, a desastrosa intervenção militar no Lesotho, em 1998, mostrou o grau de incapacidade militar sul-africana. Para além de mostrar a impossibilidade de desempenhar o papel que dela se esperava, este fracasso militar fez com que alguns países da região, nomeadamente Angola e Zimbabwe, deixassem de temer a, até então, potência regional.

Os desaires diplomáticos de Mandela, que se deveram a um excesso de voluntarismo do presidente sul-africano, serviram para adensar ainda mais as dúvidas à volta das reais capacidades de intervenção internacional da África do Sul. Após a eleição de Thabo Mbeki, em 1999, as coisas começaram a mudar, com a época do idealismo a dar lugar a um maior pragmatismo. Internamente, o processo de reformas, com vista a erradicar as heranças do apartheid, aceleraram, com a população branca a ver os seus privilégios a serem atingidos. Internacionalmente, o novo presidente tentou dar maior visibilidade prática à actuação do país, com o objectivo de marcar uma diferença de estilo face a Mandela e, assim, conseguir ultrapassar a difícil situação de ter que substituir um dirigente com o prestígio do líder histórico do ANC. Com este novo estilo, Mbeki também pretende obter benefícios concretos para o país, como, por exemplo, um lugar no Conselho de Segurança da ONU, caso se verifique a reforma desta organização. A nível continental, a África do Sul de Mbeki tem conseguido desempenhar um protagonismo crescente. Juntamente com a Nigéria e o Senegal, a África do Sul tem sido um dos países promotores do Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Nessa condição, Mbeki tem conseguido participar nas reuniões do G-8, com o intuito de sensibilizar os países mais industrializados do mundo a apoiarem este plano africano. Aliás, o ano de 2002 poderá vir a ser o ano de Mbeki, tantas são as oportunidades que o líder sul-africano terá para aumentar o seu protagonismo e prestígio internacionais. Para além das reuniões no âmbito do G-8, a África do Sul organizou e organizará, até ao fim do ano, uma série de conferências internacionais, sendo que a mais importante, a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, está agendada para Agosto, em Joanesburgo.

No entanto, o momento mais alto está reservado para Julho, quando o país receber a sessão inaugural da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da nova União Africana. Esse momento será, sem dúvida, de enorme importância para Mbeki, não só porque representa um marco histórico para o continente africano e para as suas ideias sobre Renascimento Africano, mas também, e talvez sobretudo, pelo facto do presidente sul-africano vir a ser indigitado o primeiro líder da nova organização.

Porém, todo este protagonismo internacional está a marginalizar duas áreas, onde Mbeki, de facto, enfrenta alguns problemas. Em primeiro lugar, o protagonismo continental não se traduz numa idêntica liderança regional, onde o relacionamento nem sempre tem sido pacífico. No que diz respeito a Angola, as relações continuam a não ser as melhores, em grande medida devido ao facto de, na prática, estes dois países serem candidatos ao lugar de líder regional.

Na actualidade, o caso mais complicado, em termos regionais, é o Zimbabwe. Apesar de Pretória possuir os instrumentos necessários, nomeadamente a nível económico, para obrigar Robert Mugabe a moderar a sua actuação, na prática tem preferido actuar de forma discreta, através da chamada diplomacia silenciosa. Este conceito encerra uma actuação moderada que visa convencer o líder zimbabweano a inverter a sua política, nomeadamente na questão das terras, mas cujo efeito tem sido nulo. A dificuldade de Pretória em lidar com a situação no Zimbabwe advém do facto de se temer que uma explosão neste país tenha consequências imprevisíveis na estabilidade da situação sulafricana. Para muitos, a actual crise no Zimbabwe não é mais do que a antevisão do futuro da própria África do Sul.

Apesar de Thabo Mbeki ter conseguido manter o país na liderança dos assuntos continentais, começam a surgir vozes que o criticam por estar a desleixar-se dos assuntos domésticos, e surgem sinais de alguma contestação interna. Esta contestação estará a surgir a dois níveis. Por um lado, o excessivo protagonismo dos Xhosas, grupo maioritário dentro do ANC, está inquietar muita gente, e já não apenas os seus inimigos tradicionais, os Zulus. Para muitos, o excessivo poder dos Xhosas no aparelho de estado faz com que

já se fale de uma "Xhosa Nostra". A outro nível, a contestação tem origem dentro do próprio ANC. Um dos problemas do ANC é o facto ser uma aliança de vários grupos heterogéneos, já para não falar dos seus dois aliados tradicionais, o partido comunista, o SACP, e a poderosa central sindical, a COSATU. Este mal-estar já se estaria a transformar num movimento destinado se não a contestar, pelo menos a enfraquecer a posição do presidente Mbeki na Conferência Nacional do ANC que se realizará em Dezembro.

A capacidade de Mbeki para controlar as críticas internas, ao mesmo tempo que apresenta resultados concretos sobre a melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos, a grande base de apoio eleitoral do ANC, será determinante para o futuro político do presidente sul-africano.